



SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: As possibilidades de uma prática pedagógica inclusiva

Leonice Vieira de Jesus Paixão
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
leonicepibid2011@gmail.com

Aline Maria Gonzaga Ruas
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
aline.ruas@unimontes.br

Eixo 3– Políticas Públicas e Gestão Educacional na Perspectiva Inclusiva

Palavras-chave: Inclusão escolar; Educacional Especializado; Educação Especial

Introdução

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são espaços prioritários do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estruturadas com instrumentos e equipamentos pedagógicos que auxiliam no desenvolvimento e na participação dos alunos em atividades comuns da escola regular. O AEE está amparado pela Constituição de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), pelo Decreto nº 7.611/2011 e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Essas salas devem estimular o esforço coletivo das escolas na superação da dicotomia entre ensino regular e educação especial, historicamente presente nas práticas educacionais. Para sua inserção, o Ministério da Educação elaborou o Manual de Orientação do Programa de Implantação das SRM, voltado a apoiar a organização do AEE para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados no ensino regular.

A implantação das SRM responde a uma demanda histórica: garantir acesso, participação e aprendizagem ao público-alvo da educação especial, sem substituir a escolarização. Além disso, busca consolidar políticas inclusivas, ampliar acessibilidade e combater práticas discriminatórias, superando o modelo segregado de classes e escolas especiais. Dessa forma, os sistemas de ensino passaram a reestruturar sua organização, assegurando matrícula em classes comuns e oferta do AEE, previsto em lei e inserido nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP). A educação inclusiva, direito constitucional de todos os alunos, deve ser garantida por todas as redes sem distinções. O Programa de Implantação das SRM representa, portanto, uma ação estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo e de qualidade.

Este trabalho teve como objetivo compreender o funcionamento e as práticas pedagógicas desenvolvidas em uma SRM. Especificamente, buscou-se examinar seu funcionamento, analisar as ações do professor e avaliar sua contribuição para o processo de aprendizagem.

Fundamentos Teóricos

O Programa de Implantação das SRM (2010), instituído pelo MEC por meio da SEESP, foi criado para apoiar a organização do AEE. O Decreto nº 6.949/2009 consolidou o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Já o Decreto nº 6.571/2008 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 determinam que a matrícula na SRM não substitui a matrícula em classe comum, mas a complementa, sendo obrigatória a articulação entre ambos os espaços para assegurar inclusão e qualidade.

Para orientar o atendimento, são exigidos documentos como histórico escolar e PDI (Plano de Desenvolvimento Individual). Com base neles, somados à avaliação pedagógica da professora de AEE e à entrevista com a família, elabora-se o PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado). Esse plano contempla recursos e metodologias aplicadas por períodos específicos. A Secretaria de Estado da Educação, até 2018, orientava que o PAEE fosse elaborado semestralmente; com o tempo, passou a recomendar atualizações bimestrais.

O acompanhamento do aluno requer registros contínuos, incluindo relatórios de desenvolvimento, estudo de caso, entrevistas, laudos e demais documentos. Essa documentação garante que o processo seja sistemático e adaptado às necessidades do estudante.

Segundo o Guia de Educação Especial de Minas Gerais, cada professor de AEE pode atender de 15 a 30 alunos, conforme orientação da Superintendência Regional de Ensino. Os atendimentos ocorrem individualmente ou em pequenos grupos, com duração de 50 minutos a 2 horas por dia, articulados ao currículo da escola de origem.

Cabe ao professor conhecer as necessidades específicas de cada aluno, buscar informações sobre os diferentes quadros de deficiência e manter constante articulação com o professor regente e a família. Esse trabalho integrado é essencial para assegurar um atendimento inclusivo e de qualidade, favorecendo tanto a aprendizagem quanto a participação efetiva do aluno em sua trajetória escolar.

Metodologia

A pesquisa foi realizada na SRM de uma escola pública estadual de Montes Claros, a sala no período matutino possui 26 alunos aprovados para o AEE (Atendimento Educacional Especializado) na sala de recursos multifuncionais, 11 alunos encontram-se no status de espera no sistema da escola. São 15 autistas, 1 tem combinado síndrome de down, 1 hiperativo com TDAH, 3 transtorno hipercinético do desenvolvimento, 4 deficiências intelectuais com 1 hipótese diagnóstica para autismo, 1 transtorno escolar do desenvolvimento, 1 deficiência múltipla, 1 altas habilidades/superdotação.

A escola procura promover o aluno com necessidades educacionais especiais buscando fornecer ao aluno os meios necessários para sua promoção e inserção na escola. A professora que atua na sala de recursos revela um domínio sólido e significativo em sua área de atuação, demonstrando domínio na realização das atividades, procura envolver o aluno a todo o momento o auxiliando nas atividades a serem realizadas, identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. A sala de recurso multifuncional da escola é equipada com equipamentos de informática,

mobiliários adequados, materiais didáticos e pedagógicos para a desenvolvimento das atividades propostas.

Análise de dados

Diante do estudo foi identificado que o Atendimento Educacional Especializado – AEE, que é ofertado na sala de recursos multifuncionais - SRM contribui significativamente para o aluno com necessidades especiais através de atividades de estímulo ao raciocínio lógico, memorização, atenção, percepção, linguagem oral, autonomia e direcionamento as atividades cotidianas. Visando atender as particularidades de cada criança, além de materiais adaptados e direcionados às necessidades específicas de cada aluno contribuindo para o desenvolvimento na sala regular.

A Sala de Recursos Multifuncional – SRM é um ambiente diferenciado, portanto não pode ser substituído pelo ensino regular na sala de aula, o atendimento na sala de recursos multifuncionais faz usos de materiais adaptados, recursos e estímulos específicos para que a criança consiga sobressair de forma autônoma na sala de aula regular.

A formação inicial e continuada da professora faz toda diferença quando se trabalha com crianças, principalmente quando são crianças especiais e têm um peso significativo no desenvolvimento dessas crianças.

O atendimento das crianças é individualizado conforme a necessidade educacional especial de cada aluno, ou em pequenos grupos compostos por necessidades educacionais semelhantes, em módulos de 50 minutos até 2 horas por dia, sendo a frequência determinada pelo professor de recursos e de acordo com seu plano de AEE.

Conclusões

Os resultados permitem concluir que a escola em questão constitui um espaço inclusivo e atende uma demanda significativa de alunos com necessidades especiais, demonstrando sempre o quanto a inclusão é importante para o desenvolvimento dessas crianças com necessidades especiais. A sala de Recursos Multifuncionais atende uma quantidade expressiva de alunos, e encontram-se alunos que até o momento estão no status de espera no sistema da escola. Os materiais são adaptados para todas as necessidades específicas de cada aluno, o planejamento é em conjunto com o supervisor e os professores dos alunos atendidos, o profissional atuante na sala de recursos da escola pesquisada possui uma gama significativa de conhecimentos para atuar com essas crianças especiais e a todo o momento busca enriquecer seus conhecimentos diante de cada situação apresentada. As possibilidades de uma prática pedagógica inclusiva são inúmeras, portanto, ressalta-se que o profissional precisa de formação adequada para que de fato aconteça este atendimento com qualidade. Os serviços ofertados pela sala de recursos devem se expandir para outras instituições que não o possui devido à demanda ser grande e pelos benefícios, como a autonomia do aluno para o aprendizado.

Referências

ALVES, M. L. et al. **Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. MEC/SEESP.

BRASIL. **Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncional.** MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)** - Lei nº 13.146/2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13.146/2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2003.

ROPOLI, E. A. et al. **Educação inclusiva:** atendendo à diversidade. Brasília: MEC/SEESP, 2010.